

# FILIFE DE ANFAXITIDE, AS CIDADES DA MACEDÔNIA ANTIGA E AS INCERTEZAS SOBRE O MODELO POLIADE

*PHILIP OF AMPHAXITIS, THE CITIES OF ANCIENT MACEDONIA  
AND THE UNCERTAINTIES OF THE MODEL OF THE POLIS*

**Vojislav Sarakinski<sup>1</sup>**

<sup>1</sup> Professor associado da história antiga, Faculdade de filosofia, Universidade de São Cirilo e Metódio, Skopje, Macedônia.

Correspondência para: Vojislav Sarakinski (sarakinski@gmail.com)

Recebido em: agosto de 2019; Aceito em: novembro de 2019

## RESUMO

Este artigo toca a discussão interminável sobre a definição e a natureza da pólis, mas tenta examiná-las do ponto de vista de um evento real atestado na historiografia – o desacordo entre o rei macedônio Pérdicas II e seu irmão Filife de Anfaxitide. Uma análise do significado político, logístico e econômico de Anfaxitide para o reino macedônico é seguida de uma visão geral das descobertas arqueológicas; isso serve para provar a discrepância entre o que conhecemos na área e a maneira como ou pela qual as cidades ao longo do rio Áxio são apresentados nas obras da historiografia moderna. Isso coloca uma sombra de dúvida sobre a própria definição da pólis e sugere uma abordagem mais ampla e mais afrouxada do problema.

**Palavras-chave:** Pérdicas, Filife, Anfaxitide, Idomene, Gortynia, pólis.

## ABSTRACT

The article touches on the endless discussion on the definition and the nature of the polis, but attempts to examine these parameters in context of a real event attested in historiography: the disagreement between the Macedonian king Perdiccas II and his brother Philip of Amphaxitis. An analysis of the political, logistical and economic significance of Amphaxitis for the kingdom of Macedon is followed by an overview of the archaeological finds, which serves to prove the discrepancy between what we know from the field and how the cities of Amphaxitis are presented in modern historiography. This casts a shadow of doubt over the very definition of polis and suggests a broader and looser approach to the problem.

**Keywords:** Perdiccas, Philip, Amphaxitis, Idomene, Gortynia, polis.

Após o fim dos conflitos entre os persas e helenos, Alexandre o Fileleno decidiu compartilhar algumas das suas responsabilidades reais com alguns de seus filhos. O filho mais velho, o futuro rei Pérdicas II, provavelmente ficou em Egeas durante todo o tempo; Tucídides atesta que seu irmão Filipe recebeu o poder em Anfaxitide, ao longo da costa do rio Áxio; nos tempos posteriores, Platão menciona que o terceiro irmão, Alcetas, recebeu poderes semelhantes, mas não nos diz a localização exata. A documentação textual que os outros irmãos não participaram na administração do império: Jorge Sincelo (500, Dindorf) escreve que Amintas passou toda a vida como cidadão comum, e o último irmão, Menelau, conhecemos apenas por nome, de uma inscrição.<sup>202</sup>

Os pesquisadores rotineiramente afirmam que Filipe de Anfaxitide contestou o trono macedônio. Na verdade, a disputa entre ele e Pérdicas é um episódio muito bem documentado da história da antiga Macedônia. No entanto, mesmo depois de anos de extensa crítica das fontes e inúmeras suposições feitas, o assunto de sua desavença ainda não parece inteiramente convincente. Ou seja, Filipe poderia entrar em uma disputa sobre o trono macedônio apenas se ele tivesse uma base jurídica sólida para fundamentar suas reivindicações – o que significaria que Pérdicas não era recomendado por seu pai na frente da assembleia macedônica, que Pérdicas não era o filho mais velho de Alexandre, ou que ele agiu contrariamente à vontade dos macedônios. Mas as fontes não nos dizem qual irmão era o mais velho, nem explicaram a maneira como a transferência do poder foi efetuada. o que nos leva a recorrer a pressupostos indiretos.

Se o direito ao governo pertencesse a algum outro, e não a Pérdicas, essa situação não ficaria despercebida nas fontes atenienses dessa época. No mínimo,

---

<sup>202</sup> Sobre Filipe, v. Thuc. 2.100; sobre Alcetas, Plat. *Gorg.* 471b; cf. Thuc. 2.100.3; Plat. *Rep.* 336a; Borza, E. N. *In the shadow of Olympus: the emergence of Macedon*. Princeton University Press, 1992, 133 sqq. Sobre Amintas, v. Sync. 500 (Dindorf); sobre Menelau, v. *IG* I<sup>3</sup> 89. Hammond, N. G., & Griffith, G. T. *A History of Macedonia II*. Oxford, 1979, 115, permitem a possibilidade de Eliano (7.2.41) mencionar ambos os irmãos; Droysen (1.1<sup>2</sup>.67) e Abel (167) até especulam sobre sua idade, bem como sobre os territórios que eles receberam.

esperaríamos que Hérmino acusasse Pérdicas por ser um *nothos*<sup>203</sup> (fr. 63.8), como já o acusa de enviar *pseude nausin pany pollais*; no entanto, mesmo que os atenienses regularmente acusem Pérdicas de que ele fosse um mentiroso e um enganador, nunca o viram como usurpador. Além disso, embora o processo de herança do trono macedônio ainda não seja suficientemente esclarecido, uma coisa é muito clara: o rei macedônio não tinha o direito imediato de designar o seu sucessor.<sup>204</sup> Ele só podia indicar sua preferência, mas o herdeiro foi finalmente decidido pela assembleia macedônica.<sup>205</sup> Então, se Pérdicas foi coroado em Egeas em 454 a.C.,<sup>206</sup> isso só poderia acontecer com o consentimento geral dos macedônios, o que não seria dado se o direito ao poder pertencesse a um dos outros irmãos.<sup>207</sup>

As fontes não mencionam qualquer acometimento militar de Filipe até as ações de Atenas em 432. Pelo que sabemos até agora, nenhum dos irmãos de Pérdicas emitiu moedas – nem mesmo Filipe, que teve acesso mais fácil do que Pérdicas em Egeas aos depósitos do Monte Pangeu em Anfaxitide. Não há nenhuma menção da administração do governo dúplice, nem existe uma tentativa de organizar qualquer coisa que se assemelhe a uma formação oficial do Estado em Anfaxitide. Esse

---

<sup>203</sup> *Nothos* (νόθοι); filhos considerados ilegítimos, ou seja, bastardos,

<sup>204</sup> Para mais detalhes sobre isso, v. Проєва, Н. *Студии за античките Македонци*. Скопје, Macedonia Prima, 1997, 49-79. Cf. o panorama geral informativo de Borza, E. N. *Before Alexander: Constructing Early Macedonia*. Publications of the Association of Ancient Historians 6, 1999, 44 sqq.. *Contra* Anson, E. M. "Macedonia's Alleged Constitutionalism." *The Classical Journal* 80 (4), 1985, 303-316., 305; mas seus exemplos são, sem exclusão posteriores, e se referem ao reino macedônio depois de Alexandre – uma organização estatal que não pode servir de modelo para a situação no período de Pérdicas II. A história dos estudos da governança estatal macedônica é oferecida por Borza, *In the shadow of Olympus*, cap. 10, e também por Hammond, N. G. L. *The Macedonian State: origins, institutions, and history*. Oxford University Press, 1989, cap. 2, 4, 7 & 8.

<sup>205</sup> Hatzopoulos, M. *Macedonian Institutions under the Kings: A Historical and Epigraphic Study*. Diffusion de Boccard, 1996, 276 sqq. *Contra* Anson, "Macedonia's alleged...", 308.

<sup>206</sup> Devido ao fato do período trabalho no artigo ser o século V a.C., todas as datas citadas serão consideradas como a.C., dispensando sua indicação em todo momento. Exemplo: 480 a.C. se torna somente 480.

<sup>207</sup> A regra da primogenitura pode ter sido válida apenas para crianças nascidas depois que o pai foi coroado como rei; os filhos nascidos antes disso não podiam participar do poder. Para isso, bem como para algumas outras nuances, v. Hatzopoulos, M. B. "Succession and regency in classical Macedonia". *Ancient Macedonia* 4. Thessaloniki, Institute for Balkan Studies, 1986, 279-292.

comportamento não é típico para alguém que reivindica o trono. De fato, se observarmos os acontecimentos até a interferência de Atenas em cerca de vinte anos depois, a falta de ação contra o rei legítimo em Egas argumenta que Filipe não reivindicou o trono, nem que ele mesmo conseguiu fazer isso. Tudo considerado, o principal culpado pelo fato de que Filipe poderia resistir a Pérdicas era precisamente Alexandre I, que criou todas as condições prévias para esta situação, através de sua divisão de responsabilidades e poderes no reino.<sup>208</sup>

No tempo que nos interessa – depois que a tempestade persa passou, e Atenas se voltou brevemente para as regiões do Peloponeso, Egito e Pérsia – a única coisa que não funcionou bem para o rei macedônio foi a imposição do aparelho administrativo nos territórios recém-conquistados além do rio Áxio. Foi muito lógico intensificar a visão da região central da Macedônia nos eventos locais, o que resolveria os problemas causados pela administração ineficaz e as comunicações difíceis com Egas. As áreas deveriam ser gerenciadas diretamente, e a sua infraestrutura teria de ser direcionada às necessidades do Estado. Isso deveria ser feito de forma relativamente rápida e eficiente, porque Atenas, embora ocupada momentaneamente em outro lugar, aumentava sua presença na vizinhança imediata. Tudo sugere que Alexandre teve que estabelecer uma administração direta nos novos territórios o mais rápido possível, de preferência sobre a orientação de uma pessoa em quem tivesse confiança absoluta. É realmente difícil apontar quem o rei escolheria para essa tarefa, a não ser um de seus filhos.

O curso mais provável da história seria que os filhos de Alexandre tenham recebido poderes de supervisão direta e gestão das áreas a leste do Áxio. Sua função era civil e administrativa, e não militar ou defensiva.<sup>209</sup> Eles foram encarregados de

---

<sup>208</sup> Pace Cole, J. W. "Perdiccas and Athens." *Phoenix* 28 (1), 1984, 55-72, que, no entanto, chega a esta conclusão seguindo um caminho diferente: ele acha que a importância estratégica do vale do rio Áxio é uma prova suficiente de que Filipe recebeu a autoridade local por Alexandre I. O autor afirma que Pérdicas nunca permitiria, nem daria a Filipe a oportunidade de gerenciar uma área tão importante.

<sup>209</sup> Isso também pode ser indicado pela terminologia em nossas fontes escritas, que falam apenas de *arkhe*, nunca de *strategia*.

garantir que as necessidades e os interesses do reino fossem salvaguardados sem demora e pressão, para fortalecer os laços internos com Egeus, afetando ao mesmo tempo, com sua presença imediata, os eventos nas proximidades. Bem que a administração direta tenha sido realizada no nível local, o rei teve a última palavra sobre como seriam gastas as receitas da terra, bem como sobre questões de guerra e de paz. Devemos salientar que seria neste aspecto a divisão de Alexandre. Se esta divisão realmente foi concebida dessa maneira, seu sucesso foi diretamente condicionado pelo poder do governo central.<sup>210</sup> Tal sistema de gestão só pode funcionar em condições de comunicação bidirecional sem obstáculos entre a região central e as pessoas na zona rural. Se o governo central não tivesse uma visão permanente sobre o trabalho dos administradores que ele designou, surgiriam problemas: os administradores designados poderiam se recusar a seguir os requisitos do rei. Seus poderes não incluem o controle militar, mas são civis, vinculados ao império e suas receitas: assumir o controle total significa que o poder central está diretamente danificado, porque está privada dos benefícios econômicos que agora são de propriedade do administrador. Por sua vez, ele acumula um poder econômico e uma influência civil intoleravelmente grandes, e seu povoado ganha peso como centro regional, reduzindo assim a necessidade de relações com a capital.

É muito provável que as coisas estivessem se movendo nessa direção. Seria ingênuo pensar que a autoridade de Pérdicas tinha o mesmo peso que a autoridade de Alexandre I. Irrelevante se isso foi solicitado a ele ou não,<sup>211</sup> Filipe não só decidiu manter os seus poderes,<sup>212</sup> mas simplesmente cortou conexões com a capital e

---

<sup>210</sup> Observado corretamente por Borza, *In the shadow...*, 135. Roisman, J. "Classical Macedonia to Perdikkas III", 146 é mais severo e avalia o movimento como uma "receita para problemas". Mas o pesquisador moderno não pode ser separado da consciência de como tudo acabou; o famoso provérbio diz que a retrospectiva é um general perfeito (Burdette, "Hawk-Eyes." W. Mieder et al. (eds.), *Dictionary of American Proverbs*. Oxford University Press, Oxford and New York, 1992).

<sup>211</sup> Cole, "Perdikkas and Athens..." 55-57.

<sup>212</sup> Em contraste, por exemplo, da Alcetas, que provavelmente desistiu de sua autoridade a favor de Pérdicas de forma pacífica. Na verdade, não podemos dizer com certeza se isso aconteceu depois de uma combinação de pressão militar e um pouco de convicção política, ou voluntariamente. Seja como

começou a gerenciar a Anfaxitide por sua própria conta. Seu movimento causou um impasse firme. De um lado, Filipe não contestou o direito de Pérdicas de ser soberano, nem tentou levantar um exército contra ele, mas simplesmente escolheu cortar os laços com a capital em favor de uma regra independente. Por outro lado, Pérdicas, o rei da Macedônia, sem dúvida queria atacar e remover seu irmão, mas não podia contar com o apoio da população local: a situação indicava que sua tentativa seria condenada ao fracasso.<sup>213</sup> Situado no meio do reino, Filipe interferiu nas comunicações da capital com as regiões orientais – fazendo com que Pérdicas perdesse não só a visão dos acontecimentos do Leste, mas também o acesso aos depósitos de prata; de outra parte, o poder real de seu oponente não era suficiente para estender seu controle para o leste. Filipe pretendia continuar a administrar a Anfaxitide, e Pérdicas, se bem que quisesse, por algum tempo não podia fazer nada para detê-lo.

Não se pode culpar Filipe por tentar gerir a Anfaxitide por sua própria conta: a região que ele recebeu do seu pai era uma verdadeira *gaia eu naietoōsa* homérica, *agathe men aroun, agathe de phyteuein*. Na verdade, o vale inferior do Áxio era densamente povoado desde os tempos anteriores à chamada “invasão dórica”. A cultura local de Ulantsi – uma pequena aldeia perto a antiga cidade de Stobi, ao sul da junção dos rios Erigón e Áxio – desenvolveu-se pacificamente sem sinais de perigo externo durante os séculos XIII e XII a.C. A localidade floresceu até o final do século XII ou o início do século XI, quando começaram tempos turbulentos; quando comunidades dos Balcãs localizadas ao Norte e Centro avançam em direção ao sul, ao longo do vale Morava-Áxio.<sup>214</sup>

---

for, a autoridade foi transferida sem um choque real; isto é confirmado pelo *IG I<sup>3</sup> 89*, onde o nome de Alcetas segue logo após o nome de Pérdicas. A discussão sobre a data da inscrição é apresentada por Errington, 267; cf. Hammond & Griffith, *A history of Macedonia*, 132 sqq.

<sup>213</sup> Cf. Thuc. 2.100, durante a incursão de Sitalces em 429 a.C.

<sup>214</sup> Essas incursões foram de longa duração e seguidas por destruição permanente, que é melhor documentada em várias camadas sequencialmente queimadas das regiões de Kastanas, Vardarovtsa e Vardino no vale inferior do Áxio. Cf. B. Hansel, “Ergebnisse der grabungen bei Kastanas in Zentralmakedonien 1975-1978”, *Jahrbuch RGZM* 26, Mainz 1982. A melhor ilustração disso é o sítio de

A característica mais importante desta região na Idade do Bronze Tardia foi o surgimento e propagação de influências e elementos culturais micênicos. Esses elementos culturais foram mais pronunciados nas partes abertas à comunicação, voltadas para o sul. Em geral, toda a cultura de Ulantsi manifesta um tipo de abertura, bem como uma capacidade de abraçar os benefícios de regiões mais ricas, neste caso – o sul. Neste caso, não existem túmulos com bens militares, nem presença significativa de armas, nem processos destrutivos. Tudo isso atesta que as comunidades locais do final da Idade do Bronze ao longo do vale de Áxio não foram envolvidas nas primeiras ondas das chamadas “Migrações do Egeu” no final do século XIII e no início do século XII, e que não tiveram parte nos eventos que levaram ao colapso dos centros micênicos. É por isso que, após a queda da cultura micênica no Sul, os benefícios que anteriormente foram aceitos no norte continuaram a existir: ainda mais, foram mais adequadamente mantidos e cultivados ao norte do mundo micênico, ao longo do rio Áxio. Alguns deles se tornaram elementos importantes na gênese da nova cultura da Idade do Ferro na Macedônia.

No final do XII e no início do século XI, o desenvolvimento da cultura de Ulantsi foi interrompido. As razões principais para isso foram, sem dúvida, as subsequentes ondas sucessivas de migração de norte a sul, seguidas por uma verdadeira destruição e a introdução de uma nova cultura material.<sup>215</sup> Talvez seja precisamente por isso que a

---

Manastir-Čaška perto de Veles – de acordo com as descobertas, um dos locais mais novos, mas economicamente mais ricos do grupo Ulantsi. É evidente que Manastir-Čaška sofreu de repente, em um fogo severo, por não ser mais recuperado. As descobertas que foram escavadas ilustram o próprio momento do colapso do Vale. V. T. Јовчевска, *Манастир - некропола од предниот период од доцното бронзено во железно време*, Народен музеј – Велес, 2008.

<sup>215</sup> Muitos dos novos elementos, especialmente na cerâmica, representam uma novidade não só no vale do rio Áxio, mas também ao norte, ao longo do vale do rio Morava. Assim, podemos concluir que esses eventos faziam parte de uma cadeia de movimentos mais amplos, mostrando uma penetração etnocultural do norte da península dos Balcãs, através do território do chamado grupo cultural de Donja Brnjica, ao longo do vale do rio Áxio à Ática e ao Peloponeso no sul. Esses elementos cobrem a camada superior das ruínas de muitos assentamentos micênicos e são encontrados em muitas necrópoles protogeométricas. V. Stefanović, M. “Some Balkan Elements in the Aegean Migrations.” *Actes du VIII congrès UISPP/Actes III*, Beograd 1973; French, E.B. “Possible Northern Intrusion at Mycenae.” *Thracians and the Mycenaeans, Proceedings of the Fourth International Congress of Thracology*, Rotterdam, 24-26 September 1984. Leiden–Sofia 1989, 39-43.

Idade do Ferro se tornou o momento da formação final dos primeiros povos reais nos Balcãs. Algumas comunidades da Macedônia, embora indiretamente, já são mencionadas por nome em alguns dos autores antigos. Portanto, a cultura da Idade do Ferro na Macedônia é uma manifestação de desenvolvimentos proto-históricos sólidos e bem atestados<sup>216</sup>. Os valores locais da Idade do Bronze foram, em primeiro lugar, atualizados com elementos da Idade do Bronze do Egeu (séculos XIV-XIII a.C.), e posteriormente com elementos que atravessaram o corredor Morava-Áxio, no âmbito das migrações para o Egeu (séculos XII-XI a.C.). Esses elementos, como um todo, desempenharam um papel na gênese da cultura da Idade do Ferro na Macedônia, cada uma de uma maneira diferente.<sup>217</sup> Por exemplo, a tradição doméstica da Idade do Bronze é evidente no uso contínuo dos povoados antigos, mas também na continuação da antiga cerâmica de Idade do Bronze. Devido à sua sofisticação e alto nível tecnológico, pensou-se há muito tempo que esta cerâmica na Macedônia constitui importações arcaicas, mais precisamente do leste do Egeu<sup>218</sup>. No entanto, hoje é indiscutível que elas vieram de um centro de produção local nas proximidades de Valandovo (o antigo Doberos?) e de Vardarski Rid (a antiga Gortynia<sup>219</sup>). Uma das características mais fortes dos povoados ao longo do Áxio são as várias formas dos chamados "bronzes macedônios". Isso confirma uma atividade minera e metalúrgica desenvolvida e foi praticada nos povoados. Desse modo, até os dias de hoje temos vestígios de tais oficinas de metalurgia no povoado de Vardarski Rid.<sup>220</sup>

---

<sup>216</sup> Митревски, Д. *Протоисториски заедници во Македонија*, 187-230.

<sup>217</sup> Митревски, Д. "Genesis of the Iron Age Culture in Macedonia", *Folia Archaeologica Balkanica I*, Skopje 2006.

<sup>218</sup> Parović-Pešikan, M. "Neki novi aspekti prodora grčke kulture na Centralni Balkan", *Starinar XXXVI*, Beograd 1985; Babić, S. "Graeco-barbarian contacts in the Early Iron Age in the Central Balkans", *Balkanica XXI*, Beograd 1990.

<sup>219</sup> Isto foi definitivamente confirmado pela descoberta de fornos para este tipo de cerâmica em Marvintsi (a antiga cidade de Idomene). Os achados permanecem inéditos; a informação é baseada nos relatórios informais fornecidos pelo o chefe das escavações, prof. A. Jakimovski.

<sup>220</sup> Папазовска, А. "Слоеви од железното време на Вардарски Рид." *Вардарски Рид Том 1*, Скопје 2005, 123-129.



Tudo isso afirma positivamente a existência de uma divisão do trabalho, bem como uma expansão das atividades não agrícolas como base da economia local, que são sinais de uma comunidade urbana. Além disso, isso mostra que, no início do século VI a.C., já existia um novo tipo de vida urbana nos povoados de Doberos, Idomene, Gortynia e mais ao sul na direção de Termas. Com base nas antigas fundações do “grupo Áxio” da Idade do Ferro, esses povoados cresceram em verdadeiros centros urbanos da Alta Macedônia. O desenvolvimento intensivo, que floresceu sob as condições estáveis da Idade do Ferro, provocou mudanças no caráter e na estrutura das comunidades locais. Este foi um momento de maior potencial econômico, o que reiterou a necessidade de uma melhor organização dentro de comunidades maiores; um tempo de diferenciação social e econômica claramente distinta, mas igualmente da emergência de uma aristocracia recém-estabelecida. Muitas das peculiaridades da Idade do Ferro ainda existiam, mas o século VI a.C. foi, com certeza, um passo decisivo para os novos tempos,<sup>221</sup> especialmente para a fase das unidades urbanas clássicas da alta antiguidade. O exemplo mais ilustrativo disso é a cidade de Gortynia na região de Vardarski Rid de hoje. No topo das camadas da Idade do Ferro, há restos de um assentamento urbano, historicamente atestado em nossas fontes escritas como um dos centros urbanos da Alta Macedônia. Tal localidade desfrutou de uma nova urbanização, com novos edifícios públicos, preconcebidos em conformidade com os critérios urbanísticos clássicos.

Mais importante ainda, Gortynia não é um caso único, nem isolado para isso. As escavações arqueológicas no interior dos Balcãs mostraram que inúmeros sítios fortificados, descritos por Vranic como “helenizados” e construídos “de acordo com modelos gregos”, surgiram precisamente nesse período. Na Bulgária moderna, esses locais são caracterizados como assentamentos *da Idade do Ferro Tardia*; na Macedônia, como *do Período Arcaico* ou *da Alta Antiguidade*; na Albânia, como locais *da fase ilíria urbana*. Sítios semelhantes, mas não completamente investigados, foram

---

<sup>221</sup> Cf. Митревски, Д. *Протоисториски заедници во Македонија*, 135-188.

documentados no Kosovo e no sudeste da Sérvia Central.<sup>222</sup> Em geral, todos eles correspondem a uma mudança específica nos padrões de habitação, bem como a um ambiente social, político e econômico alterado das sociedades paleo-balcânicas. A sua semelhança mais notável com a cultura material dos centros clássicos é observável na arquitetura,<sup>223</sup> mas muitas outras semelhanças podem ser observadas em outras formas de cultura material.<sup>224</sup> Sendo assim, podemos apontar a possibilidade de uma abordagem histórico-cultural prevaiente que explica sua emergência como resultado de intensificação dos contatos entre essas comunidades e a Grécia clássica. Neste caso, pesquisadores como Vranic pensam o contrário, e uma resolução plena ainda está longe do nosso horizonte<sup>225</sup>; em qualquer caso, independentemente das

---

<sup>222</sup> V. I. Vranić, “The Classical and Hellenistic Economy and the ‘Paleo-Balkan’ Hinterland. A Case Study of the Iron Age ‘Hellenized Settlements’” *Balkanica* 43, 2012, pp. 29–50, para uma análise detalhada dessas primeiras cidades como um fenômeno; também, v. a bibliografia muito detalhada oferecida *ibidem*.

<sup>223</sup> Por exemplo, vários pesquisadores assumiram que os construtores gregos foram instrumentais na aparência da alvenaria “silhar” (o *opus isodomum* de Vitruvius), geralmente observável em muralhas maciças construídas com blocos de pedra, tijolos de barro e telhas de tipo grego – um fenômeno intrigante, considerando a grande distância dessas cidades do Mediterrâneo; v., por exemplo, Tsetschladze, G. R., “Who built the Scythian and Thracian royal and elite tombs”. *Oxford Journal of Archaeology* 17(1), 1998, 55–92; Idem, “The city in the Greek colonial world”. In *A History of the Greek City* (BAR International Series 2050), ed. Alexandros Ph. Lagopoulos, 2009, 161–163; cf. Bitrakova-Grozdanova, V. “Moenia Aeacia et la Macedonine”. In *Homage to Milutin Garašanin*, eds. Nikola Tasić & Cvetan Grozdanov. Belgrade: Serbian Academy of Sciences and Art & Macedonian Academy of Sciences and Art, 2006, 587–591; Archibald, Z. H. “Thracians and Scythians”. In D. M. Lewis et al. (eds.), *The Cambridge Ancient History*, 2nd ed., Vol. VI. *The Fourth Century B. C.* Cambridge: Cambridge University Press, 1994, 444–475.

<sup>224</sup> Um exemplo bem conhecido são os *kantharoi*, *skyphoi*, *oinochoai* e *hydriai* cuja forma e estilo correspondem aos vasos de cerâmica do período Clássico tardio (v. Соколовска, В. „Раноантичка сива керамика во Македонија”. *Macedoniae Acta Archaeologica* 13 (1992), 141–148; Vranić, I. “Teorijsko-fmetodološki problemi tumačenja keramičkog materijala sa lokaliteta Kale u Krševici”. *Zbornik Narodnog muzeja u Beogradu* XIX (1), 2009, 163–204). Na literatura arqueológica macedônica, essas formas são conhecidas como “cerâmica helenizada clássica”, enquanto a arqueologia búlgara usa o termo “cerâmica tráciana cinzenta”. Além das numerosas ânforas, que atestam a distribuição de azeite e vinhos principalmente de Thasos e Calcídica, existem importações de centros remotos, como as ilhas de Chios ou Rodes. Comumente encontradas dentro dos municípios também são cerâmicas pintadas do período clássico tardio. V., por exemplo, Popović, P. “Krševica et les contacts entre l’Egée et les centres des Balkans”. *Histria Antiqua* 15 (2007), 125–136; Микулчиќ, Г. „Кантароси и скифоси во гробницата во Бразда”. *Macedoniae Acta Archaeologica* 11 (1990), 93–102, para citar apenas alguns exemplos.

<sup>225</sup> V. esp. Vranić, *The Classical and Hellenistic Economy...*, quem faz o melhor caso para aqueles que falam de progresso orgânico e desenvolvimentos locais, escondidos da vista por achados helênicos ou helenizantes.

modalidades precisas dessas mudanças, penso que até agora nos tornamos muito conscientes das características principais, do poder político e econômico, bem como do significado regional das cidades que foram dadas a Filipe de Anfaxitide.

Porém, o tratamento dessas cidades no *An Inventory of Archaic and Classical Poleis* – todavia um imenso esforço de pesquisa historiográfica – parece ser ao mesmo tempo surpreendente e desconcertante.<sup>226</sup> O critério principal, segundo o qual os povoados desta seção são divididos e enumerados não são nem a idade, nem o tamanho, nem a sua localização geográfica – mas o fato de serem ou não atestados como póleis, sem a consideração do fato de que a Macedônia pode ser qualificada como um território cuja parte maior não pode ser pesquisada sob tais padrões. Na seção dedicada aos povoados não atestados como póleis, encontramos a esperada Gortynia, mas também a cidade bem povoada de Stibera em Deriopo, bem como uma cidade chamada Scudra, cuja existência ainda não está confirmada<sup>227</sup>. Por outro lado, a cidade de Egas – a primeira capital do reino macedônio – encontrou-se de alguma forma entre as póleis, ainda que seja muito difícil de entender quando e de que forma ela poderia ter obtido o status de pólis. Mas este não é um lugar para discutir as escolhas metodológicas dos autores desta parte do *Inventário*; preferimos tentar entender em quais circunstâncias as cidades livres, economicamente poderosas e estrategicamente colocadas em Anfaxitide teriam o status de pólis negadas a elas.

A explicação mais óbvia seria que elas careciam de uma ou mais características principais da pólis – seja a política, a autonomia, o sistema de governo ou algo nesse sentido. Mas isso não vai fazer muito sentido para um historiador acostumado a ler sobre póleis nos tempos helenísticos e romanos, quando a pólis não tem exatamente as características mencionadas acima. Por que a Atenas helenística ou a Corinto romana contam como póleis, mas as cidades em Anfaxitide não seriam mais do que

---

<sup>226</sup> Hatzopoulos, M. B. “Macedonia” in Hansen M. H. & Nielsen, Th. H. *An Inventory of Archaic and Classical Poleis. An Investigation Conducted by The Copenhagen Polis Centre for the Danish National Research Foundation*. New York, 2004, 794-809.

<sup>227</sup> Idem, 786-797.

aldeias? Desse modo, antes de tudo, pode ser aconselhável explorar mais uma vez o que chamamos de pólis e o que chamamos de *cidade*, a fim de então esclarecer a relação entre elas.

A historiografia oferece uma variedade de definições de pólis, às vezes significativamente diferentes entre si<sup>228</sup>. a definição de pólis como cidade-Estado tornou-se enraizada com tanta firmeza, que muitas vezes esquecemos que essa abordagem tem sido repetidamente criticada por muitos pesquisadores, independentemente da escola de historiografia a que pertencem. Deste modo, Košelenko observa que esta definição enfatiza demais uma característica deste organismo social que está longe de ser a mais importante: o tamanho relativamente pequeno do território e sua unificação com um único centro cívico servindo como base<sup>229</sup>. O autor não está de todo errado –pois, por exemplo, o tamanho territorial da Atenas pericleana, pelos padrões dessa época, era enorme. Além disso, várias póleis poderiam ser formados em torno de mais de um centro cívico, ou poderiam não ter um centro, como no caso da Lacedemônia. Como representante da escola cética moderna, Starr considera incorreto usar o substantivo “*cidade*” e o substantivo “*Estado*” em relação à pólis: a palavra “*cidade*” porque até 600, em relação a Grécia continental (precisamente como em Anfaxitide), não havia cidades reais com um setor econômico especializado. A palavra “*Estado*” por causa da diferença fundamental entre as *póleis* e o que se entende pelo termo “*Estado*” nos tempos modernos<sup>230</sup>. Em suas obras anteriores, mesmo Hansen sugere a separação dos termos “pólis” e “cidade-Estado” um do outro. Para ele, “cidade-Estado” deve ser usado apenas na

---

<sup>228</sup> Uma ampla análise historiográfica sobre este tema é realizada por K. Vlassopoulos, *Unthinking the Greek Polis. Ancient Greek History beyond Eurocentrism*. New York, 2007. Cf. Э.Д. Фролов, *Рождение греческого полиса*, Ленинград, 1988, 5–18.

<sup>229</sup> Кошеленко Г. А. et al. (eds.), *Античная Греция. Том 1. Становление и развитие полиса*. Москва, 1983, 10–11.

<sup>230</sup> Starr, C. G. *Individual and community: the rise of the polis, 800-500 B.C.* New York: Oxford University Press USA, 1986, 36–37. É por isso que J. Davies sugere usar o termo *microstate* para cobrir toda a gama de formações estatais que se originaram na Grécia na Idade das Trevas; v. Davies, J. K. “The Origins of the Greek Polis: Where should we be looking?” In Mitchell, L. G. et al. (eds.), *The Development of the Polis in Archaic Greece*. London: Routledge, 1997, 14.

análise moderna da sociedade grega antiga; a esfera do uso da palavra pólis é proposta para se limitar ao quadro de percepção da pólis pelos próprios gregos<sup>231</sup>.

Deveríamos usar, então, o termo pólis em tudo? Provavelmente deveríamos, e concordamos com a visão de que nossa abordagem ao problema de entender a pólis deve necessariamente ser baseada nas opiniões dos próprios gregos. Tal abordagem significaria uma orientação para o historicismo e uma recusa em modernizar as realidades da Antiguidade. Mas várias fontes pertencentes a diferentes épocas nos proporcionam definições muito desiguais da pólis. Para os autores gregos, a pólis é principalmente um coletivo, uma comunidade organizada de pessoas – uma definição que seria aplicável a qualquer estabelecimento urbano no Mediterrâneo, para não mencionar os territórios de Anfaxitide.<sup>232</sup> Existem também definições detalhadas (por exemplo, nas obras de Aristóteles) que levam em conta vários fatores adicionais: a forma desta comunidade e sua diferença em relação a outras formas tipológicas, seu propósito comparado a outras formas de comunidades humanas, bem como a “qualidade” do material humano – os cidadãos individuais dos quais essa comunidade humana é criada.<sup>233</sup>

---

<sup>231</sup> Hansen, M. H. “The Copenhagen Inventory of Póleis and the Lex Hafniensis De Civitate”. In: L.G. Mitchell & P. J. Rhodes (eds.), *The development of the polis in archaic Greece*. London, 1997, 9-23; Hansen M. H. & Nielsen, Th. H. *An Inventory of Archaic and Classical Póleis. An Investigation Conducted by The Copenhagen Polis Centre for the Danish National Research Foundation*. New York, 2004, 23. Cf. Унжаков, А. В. “К проблеме понимания термина ‘полис’.” *Научные ведомости БелГУ. Сер. История. Политология. Экономика. Информатика*. №7 (102), вып. 18, 2011, стр. 16–21.

<sup>232</sup> V., por exemplo, Hdt. 8.61; Thuc. 7.77. Cf. Ehrenberg, V. *The Greek State*. Oxford: Blackwell, 1960, 88; Mossé, C. *La fin de la démocratie athenienne: aspects sociaux et politiques du declin de la cité grecque au IVe siècle avant J.-C.* Paris: Presses Universitaires de France, 1962, 23. Em teoria, os gregos até permitiram a existência de polis em forma pura, simplesmente como um coletivo de cidadãos sem um território que o pertence – no entanto, apenas em casos excepcionais.

<sup>233</sup> De acordo com Aristóteles, outras formas de comunidades humanas são a família (οικία), a aldeia (κώμη) e a tribo (έθνος), que historicamente e tipologicamente precedem às póleis e representam estágios anteriores no processo, cujo resultado final foi a criação da pólis. Contudo, v. Morris, I. “The early polis as city and state.” In John Rich and Andrew Wallace-Hadrill (eds.). *City and Country in the Ancient World*, London, 1991, 40 sqq.; M. H. Hansen, Polis. An Introduction..., 99; Morris sugere que o desenvolvimento do significado da palavra pólis foi assim: cidadela > Estado > cidade, não cidadela > cidade > Estado. Podemos ajuntar que a probabilidade de uma mudança semântica implícita seria muito pequena, porque *fortaleza* e *Estado* não são conceitos relacionados, ao contrário dos pares metonímicos *cidadela–cidade* ou *cidade–Estado*.

O que ainda falta, é um critério que provaria que os assentamentos em Anfaxitide não são pólis - um critério que pode ser bastante difícil de encontrar, pois existem visões e critérios contraditórios mesmo dentro de uma única fonte antiga. Os pesquisadores frequentemente apresentaram a história de Heródoto sobre a disputa entre Temístocles e Adimanto no conselho militar grego na véspera da batalha de Salamina:<sup>234</sup> em resposta à demanda de Adimanto para privar Temístocles de um voto, porque ele não representava qualquer pólis (naquele momento, Atenas estava sob ocupação persa), este último disse que seus concidadãos não só têm uma pólis, mas também um território maior do que os coríntios e uma frota com 200 navios bem equipados, e que não existe uma comunidade helênica que possa repelir seu ataque. Aqui, em particular, não parece inteiramente legítimo ignorar a opinião de seu oponente, que aparentemente expressa a noção de pólis para os gregos desta época (480 a. C.) – em contraste com Temístocles, que impõe sua visão usando a posição de força<sup>235</sup>. Mas, independentemente disso, a história mais uma vez coloca ao primeiro plano a ideia de que a pólis é, acima de tudo, um coletivo de cidadãos – uma visão provavelmente muito ampla, mas precisamente por isso mais correta do que muitas definições modernas. No contexto de fontes autênticas, a pólis atua simultaneamente como uma cidade, como um Estado e como uma comunidade civil, o que é indubitavelmente o que a pólis era originalmente.

E mais uma vez existem autores que oferecem diferentes interpretações e mudam a ênfase para um aspecto ou outro. Por exemplo, se compararmos as descrições correspondentes em Pausânias e Aristóteles. Descrevendo Panopeu na Fócida, Pausânias expressa dúvidas de que ela pudesse ser chamada de pólis, porque, como o autor entende, o principal atributo de uma pólis é a existência de edifícios governamentais, de ginásios, de um teatro, de uma praça da cidade, de um

---

<sup>234</sup> Hdt. 8.61.

<sup>235</sup> Cf. A. В. Унжаков, К проблеме понимания..., 19.

aqueduto.<sup>236</sup> Aristóteles provavelmente nos oferece a melhor interseção dos padrões de Heródoto e Pausânias. Ele define a pólis como uma comunidade de pessoas livres<sup>237</sup>, mas especifica que esta característica não é suficiente para uma sociedade ser definida como uma pólis – um cidadão deve poder servir como juiz ou magistrado, e os cidadãos são aqueles que participam no tribunal e na assembleia do povo<sup>238</sup>.

Todavia, nem todos os pesquisadores acreditam que devemos definir uma pólis simultaneamente em termos de urbanismo e de política. Para ilustrar isso, uma discussão acalorada foi desencadeada pelo conceito da natureza não-estatal da pólis clássica, formulada pela primeira vez por M. Berent em meados da década de 1990. O autor formula a ideia principal da seguinte forma: a pólis não era um Estado, mas sim uma sociedade igualitária unificada, caracterizada pela falta de um aparato coercivo. Berent argumenta que, ao contrário do Estado, o direito de usar a violência na pólis não é monopolizado pelo governo ou pela classe dominante<sup>239</sup>. Este ponto de vista foi severamente criticado, em particular por Medvedev, que tentou vocalmente provar o contrário, demonstrando a presença real das forças armadas, um sistema básico de segurança, um sistema monetário bem definido e outros atributos de um estado.<sup>240</sup> Hansen também chega a conclusões semelhantes em um artigo inteiramente dedicado a criticar o conceito de pólis sem Estado. Baseando-se em fontes narrativas e

---

<sup>236</sup> Paus. 10.4.1. M. Van Creveld oferece uma definição semelhante em relação à cidade: “A cidade é um assentamento permanente com casas feitas de material durável [...] A cidade tem um templo, uma ágora ou um fórum, bem como edifícios governamentais...” O pesquisador distingue três classes de cidades: cidades guiadas por pequenos chefes; cidades pertencentes a entidades maiores; e cidades com autogoverno. Para mais detalhes, v. Van Creveld, M. *The Rise and Decline of the State*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, 21–22.

<sup>237</sup> Arist. *Pol.* 3.4.4.1279a.

<sup>238</sup> Arist. *Pol.* 3.1.5.1275a. Uma boa visão geral da natureza desta comunidade cívica é dada por Строецкий, В. М. “Гражданский коллектив полиса (проблемы становления и особенности развития в архаический и раннеклассический периоды)”. In Э. Д. Фролов (ed.). *Античный полис*. Межвузовский сборник. Санкт Петербург, 1995, 5–12.

<sup>239</sup> Berent, M. “Sovereignty: ancient and modern”. *Polis* 17 (1-2), 2000, 2–34.

<sup>240</sup> А. П. Медведев, Был ли греческий полис..., 21 sqq.

epigráficas, o pesquisador consegue listar 36 tipos de poderes que formaram as competências legais da antiga pólis.<sup>241</sup>

Porém, esta posição não é sem suas dificuldades de natureza material e lógica. As definições de Medvedev e Hansen ilustram uma pólis que novamente está muito perto de um Estado moderno e possivelmente muito distante das alegadas “aldeias” de Anfaxitide; do outro lado, não é preciso procurar mais que Homero, que não parece diferenciar entre aldeia e cidade, usando repetidamente as palavras *asty* ou mesmo pólis em vez de *chorion*. As aldeias homéricas, possuem a maior parte dessas 36 variedades de competência jurídica que mencionamos acima? Pelo contrário. Unžakov tem razão ao observar que, com toda a probabilidade, muitos dos 23 pólis capturados por Aquiles durante os nove anos do cerco de Troia não seriam cidades reais e, portanto, não conseguiriam qualificar para um status de pólis de acordo com os padrões estabelecidos por Hansen.<sup>242</sup> Ademais, é muito provável que na Grécia antiga ainda não existisse uma oposição real entre a cidade e a aldeia, e que a pólis homérica era tanto uma cidade, como uma aldeia ao mesmo tempo; isto é explicado por Košelenko, que salienta que a economia da pólis é, em princípio, baseada na agricultura, que por sua vez representa a principal esfera de emprego de um cidadão – e é por isso que não existia uma oposição entre cidade e aldeia.<sup>243</sup>

Nos tempos clássicos, a palavra pólis tinha dois ramos principais de significados conectados – um com a noção de povoado, e o outro com a noção de comunidade. A noção de *povoado* representaria a *pólis tangível* de Aristóteles, que consiste em casas e edifícios; a noção de *comunidade* seria a *pólis da teoria política* de Aristóteles, que

---

<sup>241</sup> Hansen, M. H. “Was the polis a state or a stateless society?” In Thomas Heine Nielsen (ed.), *Even More Studies in the Ancient Greek Polis. Papers from the Copenhagen Polis Centre*, 6. *Historia Einzelschriften*, 162. Stuttgart: Franz Steiner, 2002, 17–47.

<sup>242</sup> V. A. B. Унжаков, К проблеме понимания..., 21.

<sup>243</sup> Андреев, Ю. В. “Греция в XI–IX вв. до н.э. по данным гомеровского эпоса.” In И.М. Дьяконов (ed.), *История древнего мира. Кн. 1. Ранняя древность*. Москва, 1983, 303–304; Кошеленко, Г. А. “Полис и город: к постановке проблемы.” *Вестник Древней Истории* 1980 № 1, стр. 11. De acordo com as estimativas de vários pesquisadores, mesmo nos tempos imediatamente após a Guerra do Peloponeso, de 30.000 cidadãos atenienses, apenas 5.000 não possuíam uma parcela de terra arável. De muitos livros sobre este tema, v., por exemplo, Mossé, C. *La fin de la démocratie athenienne...*, 22 *sqq.*



consiste em homens livres e politicamente conscientes. Depois de ter feito uma imensa quantidade de trabalho em conjunto com o Centro de Copenhague e estudado cerca de 11.000 menções de pólis em fontes arcaicas e clássicas, Hansen chega à mesma conclusão: no sentido de *povoado*, o termo pólis pode funcionar como sinônimo dos termos *acrópole*, *asty* ou mesmo *gē* ou *chora*; no sentido de *comunidade*, como sinônimo dos termos *politai*, *ekklesia*, ou mesmo *demos* e *koinonia*.<sup>244</sup> O termo pólis parece revelar-se como um termo muito amplo; com base nas noções de seus vários significados mencionados acima, Hansen consegue identificar 37 variedades de cidades-estados no Oriente Médio, Europa, Ásia, África e até mesmo a América Central em um período do IV milênio a.C. até o início do século XX d.C.; se for esse o caso, então as divisões territoriais de Anfaxitide certamente também são pólis.<sup>245</sup>

Assim resulta que a pólis não é apenas uma ocorrência natural e não-alienígena para uma fase correspondente do desenvolvimento social e econômico na Grécia, mas também uma ocorrência natural na sociedade humana em geral. O que começamos a explorar como um fenômeno claramente grego acaba por ter um alcance mais amplo. Chegamos também à conclusão surpreendente de que esta questão é tão mal definida, a ponto de que (1) seria metodologicamente errado reivindicar com certeza se uma aldeia ou uma cidade deveria ou não deveria ser referida como uma pólis; e mais importante ainda (2), de uma forma ou de outra, o status formal de um povoado em uma parte da historiografia moderna não faz diferença no vasto alcance das realidades políticas e, em especial, econômicas dos antigos Balcãs. Além disso, pode-se apontar que elementos isolados não são suficientes para classificar um território enquanto pólis, como por exemplo os aspectos urbanísticos e arquitetônicos de uma cidade – se não se tem um teatro, ainda se é pólis?

---

<sup>244</sup> Hansen, M. H. *Polis: An Introduction to the Ancient Greek City-State*. Oxford University Press, 2010, 56-61.

<sup>245</sup> *Ibidem*, 17-23.

O próprio surgimento da pólis como organismo social pressupõe um certo nível de desenvolvimento das forças de produção. Até certo ponto, as tendências do desenvolvimento social atuavam de tal maneira que simultaneamente deram origem a uma cidade e a uma pólis. No entanto, os caminhos do desenvolvimento histórico divergem, de modo que o desenvolvimento da cidade – como um organismo social e um centro de produção e intercâmbio ao mesmo tempo – começa a deformar a estrutura política. Neste ponto, a pólis e a cidade começam a representar duas tendências em grande parte opostas. A cidade é o centro da produção, a pólis é o coletivo dos agricultores e dos proprietários de terra; a cidade é um resultado final da disputa pela propriedade privada; a pólis combina propriedade privada e estatal em unidade dialética; a cidade é uma tendência para a dinâmica, a pólis é o desejo de reproduzir as relações e condições existentes, e inevitavelmente se torna uma tendência conservadora no desenvolvimento da sociedade.<sup>246</sup> A estrutura primária (e legalmente formalizada) era a pólis, de modo que o desenvolvimento do organismo urbano ocorreu no âmbito do sistema da pólis. Por isso, em primeiro lugar, as relações de pólis impuseram uma marca extremamente forte sobre a natureza da estrutura urbana emergente; em segundo lugar, o desenvolvimento da cidade dentro da pólis em algum momento leva a inevitáveis deformações do próprio sistema pólis. E esta será, achamos, a explicação mais simples por que as duas noções – a pólis de um lado e do outro a cidade, que não é grega e não é necessariamente uma pólis – divergem e parecem ser uma parte de dois conceitos completamente diferentes, o que obviamente não é o caso.

Para resumir, talvez a conclusão mais importante seja que devemos sempre distinguir claramente uma abordagem prescritiva de uma abordagem descritiva e ter cuidado em não se deslizar para a primeira. Existem circunstâncias em que a prescrição é perfeitamente apropriada; mas, na maioria das vezes, a prescrição traz consigo um juízo de valor negativo, porque assume falsamente a existência de um padrão

---

<sup>246</sup> Para uma visão detalhada, v. Кошеленко, Г. А., Полис и город: к постановке проблемы..., 24 sqq.

uniforme e imutável e, portanto, não reconhece a naturalidade da variação e mudança social.

## BIBLIOGRAFIA SELECIONADA

Anson, E. M. "Macedonia's Alleged Constitutionalism." *The Classical Journal* 80 (4), 1985, 303-316.

Archibald, Z. H. "Space, hierarchy, and community in Archaic and Classical Macedonia, Thessaly, and Thrace". In *Alternative to Athens: Varieties of Political Organization and Community in Ancient Greece*, eds. Roger Brock & Stephen Hodkins. Oxford: Oxford University Press, 2000, 212–233.

Archibald, Z. H. "Inland Thrace". In Mogens N. Hansen & Thomas H. Nielsen (eds.), *An Inventory of Archaic and Classical Poleis: An Investigation Conducted by The Copenhagen Polis Centre for the Danish National Research Foundation*, Oxford University Press, 2004, 885–899.

Berent, M. "Sovereignty: ancient and modern". *Polis* 17 (1-2), 2000, 2–34.

Bitrakova-Grozdanova, V. "Moenia Aeacia et la Macedonine". In *Homage to Milutin Garašanin*, eds. Nikola Tasić & Cvetan Grozdanov. Belgrade: Serbian Academy of Sciences and Art & Macedonian Academy of Sciences and Art, 2006, 587–591.

Borza, E. N. *Before Alexander: Constructing Early Macedonia*. Publications of the Association of Ancient Historians 6, 1999.

Cole, J. W. "Perdiccas and Athens." *Phoenix* 28 (1), 1974, 55-72.

Davies, J. K. "The Origins of the Greek Polis: Where should we be looking?" In Mitchell, L. G. et al. (eds.), *The Development of the Polis in Archaic Greece*. London: Routledge, 1997.

Ehrenberg, V. *The Greek State*. Oxford: Blackwell, 1960.

Фролов, Э.Д. *Рождение греческого полиса*. Ленинград, 1988.

Гуторов, В. А. "О некоторых тенденциях интерпретации теории государства в современном гуманитарном знании." *Вестник СПбГУ. Серия 6. Политология. Международные отношения*. №4, 2013, стр. 60–70.

Hansen, M. H. "The Copenhagen inventory of poleis and the lex Hafniensis de civitate", in: L. G. Mitchell & P. J. Rhodes (eds.), *The development of the polis in archaic Greece*, London: Routledge 1997, pp. 9–23.

Hansen, M. H. "Was the polis a state or a stateless society?" In Thomas Heine Nielsen (ed.), *Even More Studies in the Ancient Greek Polis*. Papers from the Copenhagen Polis Centre, 6. *Historia Einzelschriften*, 162. Stuttgart: Franz Steiner, 2002, 17–47.

Hansen M. H. & Nielsen, Th. H. *An Inventory of Archaic and Classical Poleis. An Investigation Conducted by The Copenhagen Polis Centre for the Danish National Research Foundation*. New York, 2004, 23.

Hansen, M. H. *Polis: An Introduction to the Ancient Greek City-State*. Oxford University Press, 2010.

Hammond, N. G. L. *The Macedonian State: origins, institutions, and history*. Oxford University Press, 1989.

Hatzopoulos, M. B. "Succession and regency in classical Macedonia". *Ancient Macedonia* 4. Thessaloniki, Institute for Balkan Studies, 1986, 279-292.

Hatzopoulos, M. *Macedonian Institutions under the Kings: I - A Historical and Epigraphic Study; II - Epigraphic Appendix*. Diffusion de Boccard, 1996.

Hatzopoulos, M. B. "Macedonia" in Hansen M. H. & Nielsen, Th. H. *An Inventory of Archaic and Classical Póleis. An Investigation Conducted by The Copenhagen Polis Centre for the Danish National Research Foundation*. New York, 2004, 794-809.

Кошеленко, Г. А. "Полис и город: к постановке проблемы." *Вестник Древней Истории* 1980 № 1, стр. 3–27.

Медведев, А. П. "Был ли греческий полис государством?" *Античный мир и археология*, вып. XII, Саратов 2006, стр. 17–32.

Медовичев, А. Е. "Город и государство в античной Греции. (Концепция М. Г. Хансена)". *Социальные и гуманитарные науки. Отечественная и зарубежная литература. Серия 5: История. Реферативный журнал* 3, 2002, стр. 6–15.

Медовичев А. Е. "Воображаемый полис, симпозиум, январь 7-10, 2004." *Социальные и гуманитарные науки. Отечественная и зарубежная литература. Серия 5: История. Реферативный журнал* 3, 2009, стр. 20–28.

- Митревски, Д. *Протоисториски заедници во Македонија*, РЗСР Скопје, 1997.
- Morris, I. "The early polis as city and state." In John Rich and Andrew Wallace-Hadrill (eds.). *City and Country in the Ancient World*, London, 1991.
- Микулчиќ, И. *Антички градови во Македонија*, МАНУ, Скопје, 1999.
- Millett, P. "The political economy of Macedonia". In Joseph Roisman & Ian Worthington (eds.), *A Companion to Ancient Macedonia*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010, 472–504.
- Papazoglu, F. "O 'helenizaciji' i 'romanizaciji'", *Glas SANU CCCXX(2)*, 1980, 21–36.
- Popović, P. "Krševica et les contacts entre l'Egée et les centres des Balkans". *Histria Antiqua* 15 (2007), 125–136.
- Roisman, J. "Classical Macedonia to Perdiccas III". In Roisman, J., & Worthington, I. (eds.). *A Companion to Ancient Macedonia*. Wiley-Blackwell, John Wiley & Sons, 2010, 145-165.
- Соколовска, В. „Археолошки истражувања во Демир Капија“. *Macedoniae Acta Archaeologica* 4 (1978), 93–112.
- Соколовска, В. *Исар-Марвинци и Повардарјето во античко време*. Музеј на Македонија, Скопје, 1986.
- Соколовска, В. "Раноантичка сива керамика во Македонија". *Macedoniae Acta Archaeologica* 13 (1992), 141–148.
- Строгецкий В. М., "Гражданский коллектив полиса (проблемы становления и особенности развития в архаический и раннеклассический периоды)". In Э. Д. Фролов (ed.). *Античный полис*. Межвузовский сборник. Санкт Петербург, 1995, 5–12.
- Суриков, И. Е. "Изучение феномена полиса в западной историографии на рубеже XX-XXI вв.: Копенгагенский центр М. Хансена". *Studia historica* V.IV. Москва, 2004.
- Starr, C. G. *Individual and community: the rise of the polis, 800-500 B.C.* New York: Oxford University Press USA, 1986.
- Tsetschladze, G. R. "The city in the Greek colonial world". In Alexandros Ph. Lagopoulos (ed.), *A History of the Greek City* (BAR International Series 2050). Oxford: Archaeopress, 2009, 143–167.

**ISSN 1982-8713**

Унжаков, А. В. “К проблеме понимания термина ‘полис’.” *Научные ведомости БелГУ. Сер. История. Политология. Экономика. Информатика.* №7 (102), вып. 18, 2011, стр. 16–21.

Van Creveld, M. *The Rise and Decline of the State*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

Vlassopoulos, K. *Unthinking the Greek Polis. Ancient Greek History beyond Eurocentrism*. New York, 2007.

Vranić, I. “‘Ranoantička naselja’ i gvozdeno doba centralnog Balkana: pitanja etničkog identiteta”. *Etnoantropološki problemi* 6(3), 2011, 659–679.

Vranić, I. “The Classical and Hellenistic Economy and the ‘Paleo-Balkan’ Hinterland. A Case Study of the Iron Age ‘Hellenized Settlements’.” *Balkanica* 43, 2012, pp. 29–50.